

A NATUREZA ENQUANTO MERCADORIA NO ESPAÇO URBANO: NOS BAIRROS DO RIO COMPRIDO E DE SANTA TERESA

Aluno: João Paulo Monte de Santana

Orientador: Álvaro Ferreira

Introdução

Nota-se na cidade do Rio de Janeiro, articulada a sua especificidade física montanhosa e florestada, um uso diferenciado do solo urbano por parte dos atores que o realizam através das práticas sociais interagidas no cotidiano, culminando numa organização sócio-espacial peculiar e detentora de contradições e conflitos no bojo desse processo. A partir dos bairros do Rio Comprido e de Santa Teresa tenta-se demonstrar o uso da natureza enquanto mercadoria, no contexto urbano evolutivo da cidade, no intento de obter uma elucidação mais ampla, atualmente, sobre a forma e a concepção diferenciada entre os dois bairros, mas que apresentam ao mesmo tempo semelhanças, fazendo parte de um processo maior de seletividade espacial intrínseco a lógica de acumulação e reprodução do capital.

Objetivos

Analisar e demonstrar como partes limítrofe-administrativas dos bairros supracitados se configuram de forma tão distinta, no que tange a organização espacial e o uso da natureza como recurso, imbricado ainda, ao discurso preservacionista.

Metodologia

A natureza como recurso (matéria-prima) produtivo há tempos se constitui, no âmbito da industrialização e da urbanização, como essencial aos processos de/para transformações (re) direcionados à lógica capitalista de acumulação infinita. Logo, para produção e reprodução do capital as condições são criadas com esse objetivo, ou seja, a cidade, vista como a materialização das relações e práticas sociais, é assim construída para se tornar eficiente à circulação, produção e consumo de fluxos e mercadorias. Enquanto o urbano conectado a determinados sentimentos, valores, emoções e imaterializações forneceria um significado, uma representação do que pode ser vivido. Nesta concepção, a natureza enquanto mercadoria transformar-se-ia, na medida em que faz parte da dinâmica da reprodução societal, configurando neste artigo, de acordo com nosso recorte espacial, parte da paisagem que é característica da Mata Atlântica, o que possibilita ainda uma dimensão analítica histórica de suma relevância para a compreensão.

Durante o século XX [1] a cidade do Rio de Janeiro passou por intensas transformações urbanas realizadas pelos gestores políticos e empresas privadas. Ambos os bairros, caracterizados por densas florestas, sofreram alterações. Como por exemplo, Santa Teresa que fora organizado e estruturado para uma classe média do funcionalismo público e acontecendo o mesmo com Rio Comprido, voltado à mesma classe social. No entanto, neste último ocorre a construção do Túnel Rebouças refuncionalizando o bairro como local de passagem para outros bairros, e conseqüentemente desvalorizando-o. Somado aos problemas históricos da cidade no que concerne ao déficit habitacional e à necessidade de morar perto do local onde é oferecido o emprego [2], há a intensificação do processo de constituição de favelas, mas não somente no Rio Comprido.

Dessa forma percebe-se que o espaço urbano é um conjunto de diferentes usos de terra justapostos entre si, como também é simultaneamente fragmentado e articulado numa

sociedade capitalista profundamente desigual [3], contribuindo para a seletividade espacial fornecendo serviços, equipamentos urbanos e infra-estrutura a poucos em detrimento de muitos.

É nesse contexto que visualmente espaços próximos se tornam tão distantes aos olhos de quem passa rapidamente ou mesmo de quem lá mora. Pois intrínseco a este aspecto analítico percebe-se uma paisagem constituída de resquícios florestais encontrados no bairro do Rio Comprido, contrapondo-se a Santa Teresa, que apresenta características evidentemente conservadas.

No bojo deste fato, atrelado ao sentido de urbano, são construídas novas representações sociais baseadas na mercantilização de signos e imagens associadas à natureza [4]. Logo a mercadoria é valorizada ao ser preservada, isto é, o valor de uso e o valor de troca dos “bens naturais” começam a ser determinados para o padrão de vida urbana e sob as leis do mercado, de acordo com estratégias imobiliárias [5]. Assim a conservação não quer dizer necessariamente uma conscientização relacionada aos serviços ambientais que a natureza pode oferecer.

Conclusões

Apesar dessa aparente encruzilhada, em que a dominação da natureza pelo capital se torna cada vez mais intensa, é possível buscar uma saída, justamente a partir da consideração do espaço de resistência, de descoberta e não só de alienação [6]; os atores sociais possuem (muitos *sem saber*) um poder para controlar a degradação do ambiente ao construir uma conscientização ecológica de respeito mútuo, pouco a pouco, de baixo para cima, (re) construindo rupturas e transformando as continuidades que edificam a lógica exploratória capitalista.

Referências

- 1 – ABREU, M. A. **Evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Iplanrio: 1987.
- 2 – CAMPOS, A. **Do quilombo à favela**. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2004. 24p.
- 3 – CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989. 7p. – 8p.
- 4 – SPÓSITO, M. E. B. **Sobre o debate em torno das questões ambientais e sociais no urbano**. In: CARLOS, A. F. A.; LEMOS, A. I. G. (orgs.) **DILEMAS URBANOS: novas abordagens sobre a cidade**. São Paulo: Contexto, 2003. 362p.
- 5 – SANTANA, P. V. **A mercadoria verde: a natureza**. In: DAMIANI, A. L.; CARLOS, A. F. A.; SEABRA, O. C. L. (orgs.) **O espaço no fim de século: a nova raridade**. São Paulo: Contexto, 1999. 183p.
- 6 – MIRANDA, A. L. **Cotidiano, ação e poder**. VI CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS. 2004, Goiânia.